

NORTADA



DIRETOR: FIRMINO MARQUES | DIRETORES ADJUNTOS: GUERRA DA FONSECA E PAULO COUTINHO - N.º 17 - SÉRIE V - 0,75 EUROS

AGOSTO A DEZEMBRO 2025

GREVE GERAL

PARAR PARA AVANÇAR!





Agosto a Dezembro 2025
N.º 17 – Série V



9 SINDICAL
NÃO AO "TRABALHO XXI"



15 CONTRATAÇÃO
NEGOCIAÇÕES PARA ACT



19 SOCIAL
PINHEIRO MANSO: MAIS ATIVIDADES



20 SAMS
VANTAGENS DE SER ASSOCIADO

3 EDITORIAL

Greve geral: uma reflexão cívica

4/14 SINDICAL

Notícias UGT

15/18 CONTRATAÇÃO

19 SOCIAL

20/21 SAMS

22/24 RECREATIVO E CULTURAL

Pilates
Fotografia

25/26 DESPORTO

Modalidades

27/33 ÓRGÃOS CONSULTIVOS

Visitas guiadas
Percursos culturais

34/36 SECÇÕES SINDICAIS

Reformados

37 VOZ AOS BANCÁRIOS

38/39 ÚLTIMAS

Até Sempre, Gonçalves e Terra Seca

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Edição e Redação
SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor
Financeiro de Portugal
Rua Cândido dos Reis, 130, 1.º, 4050-151 Porto
E-mail: sbn@sbn.pt
www.sbn.pt

Diretor
Firmino Marques

Diretores adjuntos
Guerra da Fonseca
Paulo Coutinho

Coordenação Redatorial e Revisão
Francisco Oliveira

Fotografia
SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor
Financeiro de Portugal

Reportagem
Francisco Oliveira

Grafismo e Impressão
Essência - Comunicação Completa
Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 100, Lote 9, Fração B, 4445-102 Alfena
Tel.: 220 963 285/9 | Fax: 220 963 290
E-mail: comunicacao@essenciaCompleta.pt
www.essenciaCompleta.pt

Registo no ICS
1222051

Depósito Legal
197325/03

Tiragem
11 500 Exemplares

Distribuição gratuita aos associados



Firmino Marques

Greve geral: Uma reflexão cívica

*... que venha, com paciência e teimosia,
uma coesão social capaz de segurar a casa
mesmo quando o vento sopra forte.*

Há frases que, de tão repetidas, quase ganham estatuto de provérbio. Uma delas é esta: “Os trabalhadores não criam riqueza; quem cria riqueza são os empresários, os investidores, os mercados.” O refrão entra pelos comentários televisivos, pelos editoriais apressados e pelas conversas de café de quem gosta de falar de economia como quem fala de futebol: com certezas e sem grande tempo para pensar no que está por baixo da superfície.

Mas basta uma greve geral como a de 11 de dezembro — basta um único dia em que milhares de pessoas decidem, em conjunto, suspender a sua força de trabalho — para perceber a fragilidade desse mito. De repente, os mesmos que juram que os trabalhadores são apenas custos dizem-nos, com ar de quem ameaça o apocalipse, quanto o país “vai perder”: milhões que deixam de ser produzidos, números negros, índices de produtividade que desabam. É sempre curioso como, nesse instante mágico, os que “não criam riqueza” passam a ser precisamente os que a criam... mesmo quando a sua ausência é que a revela.

Uma greve geral como a de 11 de dezembro é um espelho: nele, o país descobre quem realmente sustenta o pulso económico.

Descobre que nenhuma empresa funciona sem quem abre a porta, quem produz, quem limpa, quem atende, quem conduz, quem ensina, quem cuida, quem coordena. Descobre que “recursos humanos” não são peças de um tabuleiro: são pessoas, com corpo, cansaço, talento e dignidade.

A narrativa de que os trabalhadores são “custos” é útil a quem prefere calcular a dignidade em folhas de Excel. Mas a realidade — aquela teimosa que insiste em bater à porta — lembra-nos que são eles que preenchem o país: os que envelhecem, os que educam os filhos, os que carregam o quotidiano às costas, os que pagam impostos, os que seguram o SNS, a escola pública, a Segurança Social e a vida coletiva.

Sim, envelhecem. Sim, reformam-se. Sim, precisam de cuidados. Mas... não é isso ser um país? Não é esse o contrato social básico que sustenta qualquer comunidade digna desse nome?

A Greve Geral, em democracia, como a de 11 de dezembro, não é um ataque à economia — é um momento de respiração cívica.

É a linguagem dos que nem sempre têm voz. É a gramática do descontentamento organizada de forma pacífica, ordeira e constitucional. É o mecanismo que lembra a todos — incluindo aos “criadores de riqueza” que aparecem muito preocupados com os

prejuízos de um dia — que há equilíbrios que não se podem partir sem consequências.

E sim, há sempre quem diga que “não é a altura certa”. Mas, para quem vive apertado, nunca é a altura certa para nada: não para pedir uma casa, não para ter filhos, e não para reclamar direitos. A vida dos que trabalham raramente espera por calendários convenientes. O futuro da democracia portuguesa — e, se formos sinceros, o futuro de qualquer comunidade que não queira rasgar-se por dentro — depende de uma coisa simples: coesão social. Depende da perceção de que todos contam. Que ninguém fica para trás. Que os salários acompanham o custo da vida. Que os jovens possam imaginar uma velhice digna. Que os mais velhos não tenham medo de ser descartados. Que as gerações dialoguem, em vez de se acusarem mutuamente das crises que ninguém pediu.

Uma sociedade só é saudável quando reconhece que o bem-estar de uns reforça o bem-estar de todos. Não é caridade — é inteligência coletiva.

A solidariedade intergeracional não é um conceito bonito para relatórios: é o laço que mantém viva a ideia de um país. Os que hoje marcham nas ruas ou param uma linha de produção fazem-no para que os seus filhos tenham uma vida melhor — e para que os seus pais não vivam a última etapa da vida como um fardo descartável.

Quando uma sociedade protege os seus mais novos e os seus mais velhos, está a proteger o seu próprio futuro.

Apesar dos discursos pessimistas que às vezes dominam a praça pública, Portugal tem dentro de si uma força tranquila e resiliente. Uma greve geral como a de 11 de dezembro, quando acontece, não é um sintoma de decadência, mas de vitalidade cívica. É sinal de que o país ainda sente, ainda reage, e ainda luta pelo que considera justo.

E essa energia, quando bem canalizada, constrói pontes entre setores, aproxima gerações e recusa dividir a sociedade entre “criadores de riqueza” e “pesos mortos”. Ninguém é peso morto. Ninguém é supérfluo. A riqueza que vale a pena — a que sustenta vidas, a que produz futuro — é sempre criada em comum.

Que venham dias mais justos. Que venha uma economia que reconheça as pessoas. Que venha um país onde o trabalho dignifica e o descanso também. E que venha, com paciência e teimosia, uma coesão social capaz de segurar a casa mesmo quando o vento sopra forte.



União Geral de Trabalhadores
SECRETARIADO NACIONAL

Nesta edição damos destaque à proposta do Governo para rever a legislação laboral – o chamado “Trabalho XXI”, que, em vez de responder às necessidades urgentes de quem trabalha, abre caminho a mais precariedade e a menos direitos.

A UGT está e continuará firme: não aceitará retrocessos.

A prioridade tem de ser salários justos, habitação acessível, formação profissional e proteção dos trabalhadores. É tempo de uma discussão séria, responsável e centrada em quem todos os dias faz o país avançar: os trabalhadores.

A UGT esteve, está e estará sempre com quem trabalha

Vivemos num contexto em que a economia cresce e as contas públicas estão consolidadas; O emprego atinge níveis recorde, com desemprego historicamente baixo (exceto entre os jovens); O verdadeiro problema do mercado de trabalho é a falta de mão-de-obra e não a falta de dinamismo. Assim, não faz sentido que a primeira discussão pós-eleitoral em sede de CPCS seja a revisão de mais de cem artigos do Código do Trabalho – muitos deles alterados há menos de dois anos.

As prioridades

A UGT não perde de vista os problemas reais dos trabalhadores e das famílias.

As prioridades são claras

- **Salários:** Aumentar o salário mínimo e os salários em geral, assegurando compromissos antes da proposta de Orçamento do Estado para 2026.
- **Habitação:** Medidas urgentes para regular o mercado, criar apoios e adotar soluções fiscais adequadas.
- **Formação profissional:** Reforçar o papel do IEFP e a articulação com os parceiros sociais para ajustar qualificações às necessidades do mercado.
- **Migrações:** Garantir maior intervenção sindical na proteção dos trabalhadores migrantes e na regulação das condições laborais.

Estas são as verdadeiras urgências que exigem respostas imediatas.

O que está em causa com o “Trabalho XXI”

O anteprojeto do Governo parte de uma lógica de “flexibilização” que, na prática, significa precarização e retirada de direitos. Algumas das medidas mais graves.

- Limitação do princípio do tratamento mais favorável (teletrabalho e pagamento de trabalho suplementar);
- Facilitação dos contratos a prazo e da contratação precária;
- Regresso do banco de horas individual;
- Redução das horas de formação profissional;
- Permissão de outsourcing após despedimentos;
- Generalização da substituição da reintegração por indemnização;
- Restrição da ação sindical e alteração à lei da greve;

- Fragilização da negociação coletiva, com risco de caducidade das convenções pelo simples decurso do tempo.

Trata-se de um retrocesso perigoso, que dá mais poder ao empregador e fragiliza sindicatos e trabalhadores.

A resposta

Apesar de reconhecer pequenos avanços pontuais (como em matéria de parentalidade), a UGT afirma claramente: este projeto merece o nosso rotundo NÃO.

Entramos nesta discussão com uma postura firme:

- Exigentes na melhoria da lei existente;
- Intransigentes na defesa dos trabalhadores e dos sindicatos;
- Determinados em colocar novos temas na agenda, como:
 - . Redução da jornada de trabalho;
 - . Reposição dos regimes pré-Troica em férias, trabalho suplementar e compensações por despedimento;
 - . Aperfeiçoamento das custas judiciais;
 - . Reforço da legitimidade sindical nas ações de negociação coletiva;
 - . Debate sério sobre a semana de quatro dias.

Conclusão

A UGT reitera que a revisão da legislação laboral não é a prioridade do País. As prioridades são salários dignos, habitação acessível, formação adequada e proteção dos trabalhadores.

A discussão só fará sentido se for séria, equilibrada e sem pressas – colocando no centro quem trabalha e não apenas os interesses das empresas.

A UGT estará, sempre, na linha da frente para garantir que os direitos conquistados não são postos em causa e que novas vitórias possam ser alcançadas.

NOTÍCIAS



Sindicatos acionam fundo de greve

O SBN, o MAIS e o SBC compensaram a perda de retribuição aos trabalhadores que fizeram greve no dia 11 de dezembro.

Face à importância dos direitos que estão em causa se o pacote laboral do Governo for aprovado, a participação dos bancários na paralisação decretada pela UGT foi fundamental. Os sindicatos dos bancários da UGT empenharam-se em que os associados não deixassem, por motivos económicos, de defender os seus direitos aderindo à greve geral, pelo que decidiram acionar os respetivos fundos de greve.

Assim, todos os associados que comprovadamente aderiram à greve geral verão compensada pelo seu sindicato a retribuição perdida. Nos sites destes sindicatos encontra-se o formulário respetivo, para preencher e remeter ao sindicato, a fim de ser paga a retribuição perdida pela adesão à greve.

Perante a forte adesão à greve geral, o Governo tem de deixar cair o pacote laboral

Os trabalhadores deram a resposta que a situação exige. O Executivo não tem alternativa a não ser abandonar o anteprojeto de legislação laboral.

O pacote laboral que o Governo quer impor aos trabalhadores significa precariedade mascarada de liberdade. Enfraquece os trabalhadores e, inversamente, dá todo o poder aos patrões – e por isso consideram-no bom.

Estamos perante um assalto aos direitos adquiridos que, a concretizar-se, vem fragilizar gravemente as relações laborais: torna mais barato o custo do trabalho, enfraquece o poder reivindicativo dos trabalhadores e dos sindicatos, desestabiliza a igualdade parental, enfraquece a contratação coletiva e desequilibra a legislação em favor do patronato.

Nunca nenhum governo, nos últimos cinquenta anos, foi tão longe. A UGT, consciente do agravamento das relações laborais que está em causa, aceitou a deliberação dos seus sindicatos e decretou a greve geral – a resposta certa para tamanho desequilíbrio.

Os dados apontam para uma adesão superior aos 80% e a UGT não

descarta a possibilidade de novas formas de luta, se essa for a deliberação dos seus sindicatos.

Os trabalhadores do setor financeiro, tradicionalmente muito relutantes em fazer greve, alteraram o comportamento quando se aperceberam de que as alterações às leis laborais iriam prejudicá-los gravemente.

E responderam positivamente, aderindo a esta paralisação. Há notícia de muitos balcões encerrados, outros abertos, mas com supressão de serviços devido aos trabalhadores em greve e, ainda, muitos serviços bastante condicionados.

A greve geral não pode constituir o fim de linha. Antes constitui uma força de pressão para a mudança. A negociação continua a fazer todo o sentido, mantendo-se todas as portas abertas na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Esse é o objetivo final a alcançar.



Por uma discussão séria... Por uma legislação laboral mais justa... Não esquecer as prioridades de quem trabalha.

A reunião da Concertação Social de 24 de julho foi marcada pela apresentação do “Anteprojeto de Lei da Reforma da Legislação Laboral”, que o Governo decidiu chamar de “Trabalho XXI”.

É um documento que surge na sequência dos compromissos assumidos no programa eleitoral e no programa de Governo, mas também de compromissos assumidos em sede de concertação social no âmbito do Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028. No entanto, é sem estranheza que a UGT regista a apresentação deste documento e o início desta discussão, a qual considera extemporânea, despropositada e injustificada. E despropositada, desde logo, pelo contexto em que nos encontramos.

Temos a nossa economia a crescer, temos as nossas contas públicas consolidadas e não existe qualquer pressão externa para a correção de eventuais desequilíbrios, temos o nosso mercado de trabalho a funcionar bem, com o número de empregados a bater recordes e o desemprego historicamente baixo, excetuando o desemprego jovem.

O número de ofertas por ocupar no IEFP tem subido e o grande problema do nosso mercado de trabalho não é a falta de dinamismo, mas antes a falta de mão-de-obra, conforme afirmam os empregadores. Por esse motivo, e apesar dos compromissos assumidos, não entendemos por que motivo o Governo elege realmente a alteração da legislação laboral com uma tal prioridade que justifica que seja a primeira efetiva discussão pós-eleitoral a realizar em CPCs.

A UGT não perde de vista os reais problemas do atual contexto laboral e social.

A inflação, abranda, mas os preços continuam a subir;

A pobreza entre os que trabalham continua elevada;

O preço da habitação assume um peso desproporcional nos encargos familiares;

As migrações são um tema laboral premente. Por isso, as prioridades da UGT são outras, como o salário mínimo e os salários em geral, continuando o que já foi feito com os acordos tripartidos dos últimos anos e não esquecendo que os compromissos a assumir deveriam, preferencialmente, ser fechados até à entrega da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2026.

Estas, sim, são matérias verdadeiramente urgentes:

A habitação, que exige medidas imediatas, nomeadamente com melhor regulação do mercado, com apoios e medidas fiscais adequadas. A formação profissional, o papel do IEFP e a sua articulação com os parceiros sociais, garantindo o reforço e o ajustamento das qualificações às necessidades do nosso mercado de trabalho.

As migrações e a forma de assegurar um maior envolvimento dos sindicatos na regulação das relações laborais e na proteção dos trabalhadores migrantes.

***Estas são as prioridades dos trabalhadores portugueses, que exigem respostas para os seus problemas.
Estas são as prioridades da UGT.***

A UGT está preparada para o diálogo sobre a legislação laboral, mesmo desconhecendo o que justifica realmente a alteração de mais de cem artigos, muitos dos quais alterados há menos de dois anos.

No entanto, o ponto de partida suscita apreensão quando se constata que a palavra de ordem é “flexibilizar” que, ao contrário do que pensa o Governo, não é sinónimo de modernizar.

Muitas das alterações referem-se a matérias particularmente sensíveis (e até a direitos fundamentais) pelo que se percebe o evidente sentido das propostas realizadas, pela notória satisfação patronal.

A retirada de matérias do princípio do tratamento mais favorável (teletrabalho e pagamento do trabalho suplementar), o alargamento dos fundamentos e duração dos contratos a prazo e demais contratação precária, o regresso do banco de horas individual, a redução das horas de formação profissional, a eliminação da proibição de recurso ao outsourcing após despedimentos, a distorção do conceito de plataforma digital, o alargamento das isenções de horário e das comissões de serviço, o retrocesso na renúncia a créditos laborais, a generalização da substituição da reintegração do trabalhador despedido por indemnização e a retirada de poderes à ACT, estão em cima da mesa.

São propostas que vão no sentido de uma maior individualização das relações laborais e das liberalização e precarização do mercado de trabalho, pretendendo introduzir uma maior discricionariedade e atribuir mais poder ao empregador.

A fixação do salário mínimo passa a ter como objetivo central a adequação a uma política de rendimentos e preços. Tal poderá distorcer o atual equilíbrio legal e até constitucional, secundarizando as necessidades dos trabalhadores no processo e fazendo perigar o papel social do salário mínimo.

A restrição da atividade sindical na empresa, a eliminação da apreciação dos fundamentos da denúncia e da arbitragem para suspensão da sobrevivência e da mediação, a possibilidade de retirada de direitos negociados em situações de crise empresarial e a tão anunciada alteração da “lei” da greve são igualmente parte deste anteprojeto.

É um conjunto de alterações que, a concretizar-se, restringirá, inibirá e dificultará a atuação dos sindicatos. Mas, sobretudo, a UGT destaca apreensão e reserva em diversas matérias, não apenas porque considera que se está a falar de alterações que o nosso mercado de trabalho mostra serem desnecessárias, mas também porque muitas das alterações vão no sentido de uma fragilização de direitos que se afigura preocupante.

Esta será, como são todas em matéria laboral, uma discussão difícil.

A UGT reitera que a proposta do Governo em matéria laboral não é a mais urgente e que não pode resultar em prejuízo dos temas que se afiguram revestir carácter verdadeiramente prioritário, incluindo aqueles que constituem os verdadeiros focos centrais do acordo tripartido celebrado: os salários, incluindo o salário mínimo.

A UGT é clara: este projeto merece um rotundo “não!”

Mais e melhores salários para 2026

A economia portuguesa, em 2026, deverá manter a tendência de convergência face à média europeia, com um crescimento económico superior ao da média da zona euro acima dos 2%, de acordo com as previsões apresentadas pelo ministro das Finanças afirmando que estamos num “bom momento da economia portuguesa!”

Este ano apresenta-se uma taxa de desemprego estável e baixa e com uma contínua criação de emprego, pelo que o mercado de trabalho deverá registar uma evolução positiva. Em 2025, a população empregada continuou a aumentar, atingindo um valor recorde de 5,25 milhões de pessoas, representando o valor mais elevado da série histórica do INE, que remonta a 1983.

Fica, portanto, provado que a economia portuguesa teve um bom desempenho económico com parco impacto na melhoria dos salários, particularmente nos trabalhadores, nos reformados e nos pensionistas de mais baixos rendimentos.

Ficou igualmente demonstrado que as empresas tiveram capacidade para aumentar os salários, sem que se destruísse emprego ou a economia.

Com este cenário positivo, há capacidade para ir mais longe do que o previsto nos pressupostos com que foi assinado o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e nos reforços posteriores.

Os acordos cumpriram, plenamente, os seus propósitos, indo ao encontro daquilo que a UGT sempre defendeu, nomeadamente que os referenciais para a negociação coletiva seriam referenciais de mínimos, demonstrando-se que se conseguiu ir além do que as bases do acordado. Segundo dados da DGERT, em 2023, a variação salarial das convenções coletivas foi de 6,9% (era de 5,1%, no acordo assinado em outubro de 2022) e de 7,3% em 2024 (era de 5%, no acordo assinado em outubro de 2023).

A UGT, respeitando e valorizando o papel da Concertação Social, considera absolutamente fundamental que o acordo mostrou que foi e é importante, e válido, pelo que a central pretende continuar a manter e a reforçar a sua eficácia ajustando-o à realidade conforme está nele estipulado desde o primeiro momento.

Tais circunstâncias não deixam de ser corroboradas pelo próprio Governo, uma vez que no programa eleitoral o Governo, em matéria de salário mínimo, vai além do que está prospetivado no acordo para 2028. Contudo, a UGT considera a meta do Governo pouco ambiciosa e reivindica um salário mínimo nacional de 1.200€ em 2029.

Nessa linha, a UGT defende que tem de ser revisitado, anualmente, o texto do acordo, conforme o espírito do próprio, por forma a analisar os contextos e as medidas para que cumpra, plenamente, o seu papel.

O salário mínimo nacional, cujo papel social que lhe é conferido pela nossa Constituição é indissociável da melhoria das condições de vida, constitui um estímulo ao consumo privado, impulsiona a economia e potencia, ainda, um crescimento dos salários em geral.

As atuais necessidades de aumento dos salários reais dos trabalhadores são claras: quer para o salário mínimo nacional, quer para os salários em geral.



Hoje as circunstâncias são, de facto, ligeiramente diferentes daquelas que se perspectivava há um ano. Tínhamos uma inflação que estava a abrandar e que agora dá sinais de aceleração, os problemas com a habitação agudizaram-se e as taxas de juro que, em virtude de tensões geopolíticas e instabilidades do ponto de vista internacional, causam, neste momento, dificuldades acrescidas aos trabalhadores que veem diminuído o rendimento disponível.

Há, portanto, de acautelar a necessidade de resposta aos problemas dos rendimentos dos portugueses, o que, de resto, também foi compreendido pelo Governo aquando da promoção da medida de atribuição de um suplemento extraordinário de pensões e quando colocou no seu programa uma nova meta para o salário mínimo, aproximando-se daquela que a UGT sempre defendeu.

Atendendo ao exposto, a UGT pretende que estas matérias sejam alvo de urgente discussão em sede de Concertação Social, não só para dar cumprimento ao espírito do acordo, como também para dar resposta às necessidades concretas dos trabalhadores e propõe desde já:

- **Urgente valorização do salário mínimo nacional em 2026 para 950€.**
- **Urgente revisão dos referenciais inscritos no acordo para 2026, propondo que o valor não seja inferior a 5%.**

A UGT não esquece, também, os reformados e os pensionistas. Não são aumentos extraordinários que resolvem os problemas das baixas pensões em Portugal e da pobreza que elas arrastam.

E para a UGT a discussão urgente é sobre salários e rendimentos e não se envolve em qualquer outro processo negocial, nomeadamente, o da legislação laboral em curso.

Contra o retrocesso na parentalidade

Face às propostas de alteração da legislação laboral na área da parentalidade, a Comissão de Mulheres da UGT manifestar profunda preocupação e firme oposição a diversas propostas recentemente apresentadas pelo Governo no âmbito da legislação laboral em matéria de parentalidade, por considerá-las um claro retrocesso nos direitos das mulheres e das famílias trabalhadoras.

Em particular, a Comissão de Mulheres da UGT:

- Rejeita, de forma categórica, a alteração ao regime do luto gestacional para ambos os progenitores, medida que representa uma perda inaceitável de dignidade, de proteção e de reconhecimento do sofrimento vivido naquelas situações. A proposta em causa ignora o impacto físico e emocional que estes momentos representam.
- Recusa uma excessiva burocratização de regimes que possa prejudicar o exercício de direitos, como na dispensa para amamentação, considerando estas alterações profundamente discriminatórias. A alteração ignora recomendações internacionais e enfraquece o direito ao cuidado numa fase particularmente sensível da vida familiar.
- Exige a manutenção plena dos direitos à flexibilidade horária para trabalhadores com responsabilidades familiares, sem que estes fiquem subordinados à lógica produtivista das entidades empregadoras. A conciliação entre vida profissional e familiar não pode depender exclusivamente do critério do empregador, devendo ser um direito efetivo e protegido por lei.
- Solicita clareza, coerência e garantias na redação das propostas relativas à licença parental inicial e à eventual obrigatoriedade de partilha da componente facultativa entre os progenitores. É essencial que estas medidas não se traduzam em obstáculos adicionais para as mulheres ou em novas formas de desigualdade no acesso à parentalidade.
- Defende que o diálogo social deve conduzir à consolidação de políticas públicas que promovam a corresponsabilização parental, a equidade de género e a justiça social.
- Recusa alterações legislativas que fragilizem direitos sob o pretexto de modernização, mas que perpetuam desigualdades e sobrecarregam as mulheres.



NOTÍCIAS



11 DE DEZEMBRO – A GREVE GERAL

Contra a reforma laboral em defesa dos trabalhadores

A UGT foi confrontada, em julho de 2025, com a apresentação, em sede de concertação social, do anteprojeto de lei da reforma da legislação laboral, que o Governo decidiu chamar de “Trabalho XXI”, uma proposta tão fora de tempo, num contexto de crescimento económico, de estabilidade financeira e de pujança do mercado de trabalho, como atentatória do espírito do diálogo social, uma vez que traduz uma opção clara em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a atividade dos sindicatos.

Do banco de horas individual à contratação a termo, dos despedimentos ao outsourcing, da parentalidade à formação profissional, vê-se um aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha. Na negociação coletiva, no direito à greve e na ação sindical nas empresas, vê-se um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização do último recurso que é a greve.

A UGT, ao longo dos seus 47 anos de história, com total autonomia negocial, provou capacidade de diálogo e abertura para a construção das melhores soluções. O anteprojeto apresentado é a antecâmara de uma reforma laboral para os patrões e, por isso, mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos.

Mas a UGT não desistiu.

Foi para a mesa das negociações. Nas reuniões da CPCS, nas reuniões bilaterais com o Governo e Parceiros Sociais.

Quer avanços. Mas o que tem constatado é o oposto.

O Governo passou de uma total abertura negocial à necessidade de serem respeitadas as “traves-mestras” da reforma e até à imposição de linhas vermelhas.

O Governo coloca quem negocia perante um jogo de tudo ou nada, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não.

Isto não é negociar.

A concertação social transformou-se no palco de uma obsessão com a lei laboral, esquecendo quase tudo o resto.

A política de salários e rendimentos e a atualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação.

Estas matérias foram colocadas em cima da mesa pela UGT e ignoradas pelo Governo.

Ao Governo apenas interessa a legislação laboral.



A UGT pretende negociar. A UGT quer discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País.

Mas a UGT não negocia sozinha.

Por isso,

- contra uma reforma laboral que não pode avançar,
 - contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos,
 - contra a indiferença face aos problemas reais dos portugueses,
 - contra o simulacro negocial.
- e
- por um verdadeiro diálogo e uma negociação com resultados,
 - por uma legislação que responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho,
 - por um País mais justo,
 - em nome de quem trabalha e quer dignidade no seu trabalho.

A UGT e os seus sindicatos, reunidos em Secretariado Nacional e em Conselho Geral, decidiram:

- a convocação de uma greve geral para o dia 11 de dezembro de 2025;
- iniciar o diálogo e a articulação com outras estruturas representativas dos trabalhadores, com vista à construção de uma plataforma de convergência na ação.

Apelo urgente para o fim do conflito em Gaza e na Palestina

A UGT expressou profundo horror e exigiu o fim imediato da guerra em Gaza e da repressão na Palestina.

Embora o conflito israelo-palestiniano seja de longa data, a situação escalou dramaticamente desde o ataque terrorista do Hamas em 7 de outubro de 2023.

A UGT condena a atrocidade do Hamas, mas considera a subsequente punição coletiva contra milhões de palestinianos, que já resultou em mais de setenta mil mortos (incluindo quinze mil crianças) em quase 22 meses de guerra, como brutal e inaceitável.

Dois milhões de palestinianos em Gaza enfrentam fome e bombardeamentos indiscriminados, enquanto três milhões na Faixa Ocidental sofrem violência diária, humilhação e confisco de terras.

A UGT critica veementemente a paralisia da comunidade internacional face a esta catástrofe humanitária, considerando a inação política uma negligência criminoso.

Assim, em linha com a Confederação Sindical Internacional, a UGT reivindica as seguintes ações imediatas:

1. O fim da entrega de armas a todos os envolvidos no conflito.
2. Um permanente e urgente cessar-fogo, bem como a entrega de ajuda humanitária essencial (alimentos, água, medicamentos...) para os civis de Gaza.
3. A libertação de todos os reféns e prisioneiros.
4. O reconhecimento do Estado da Palestina e uma solução de dois Estados independentes.
5. O fortalecimento da democracia e da paz na Faixa Ocidental, permitindo que a Autoridade Palestiniana possa constituir um governo legítimo.



Santander: informações contraditórias

Têm chegado ao SBN, ao SBC e ao Mais Sindicato diversas informações, algumas delas contraditórias, referindo que o Banco Santander pretende encetar um processo de encerramento de mais balcões, com a consequente dispensa dos respetivos trabalhadores.

É consabido que informações desta natureza acabam inevitavelmente por gerar natural ansiedade e inquietude entre os trabalhadores do banco, afetando não apenas os diretamente visados, mas também todos os que laboram naquela instituição, informações essas que em nada contribuem para um desejável ambiente de paz social. Tendo em atenção toda esta problemática, os três sindicatos envia-

ram ao banco um pedido de reunião, com caráter de urgência, a fim de que possam obter informações concretas e inequívocas sobre o referido processo.

O SBN, o SBC e o Mais Sindicato manterão os trabalhadores do Banco Santander atempadamente informados sobre o desenrolar da situação.

Rescisões no grupo EuroBic/Abanca

O grupo Eurobic/Abanca pretende encerrar 24 balcões devido à proximidade geográfica com outros, resultando num excedente de sessenta trabalhadores na área comercial, pelo que abriu um processo de adesão voluntária a rescisões por mútuo acordo (RMA) e pré-reformas.



Os sindicatos da UGT aconselham os trabalhadores abrangidos a consultarem os respetivos serviços jurídicos antes de tomarem qualquer decisão.

O banco vai implementar um programa de rescisões por RMA e de pré-reformas, a que poderão candidatar-se voluntariamente todos os trabalhadores da área comercial interessados em deixar o grupo, sendo dada preferência àqueles alocados aos balcões a encerrar.

Nesta fase, os trabalhadores devem manifestar interesse em aderir ao programa junto da DRH e posteriormente as propostas serão analisadas caso a caso.

O banco adiantou aos sindicatos que o objetivo é a rescisão com sessenta trabalhadores, existindo dez vagas para pré-reformas.

Condições

As condições oferecidas aos trabalhadores nas RMA são as seguintes:

- Acesso ao subsídio de desemprego;
- Indemnização correspondente a 1,5 salários por cada ano de antiguidade;
- Manutenção das condições dos contratos de crédito em vigor;
- Atribuição de um seguro de saúde por doze meses;
- Serviço de apoio na procura de novo emprego ou na criação de negócio próprio.

No caso das pré-reformas para candidatos com idade igual ou superior a 60 anos (a 31 de dezembro de 2025), as condições são:

- Atribuição de uma suspensão do trabalho até à idade legal de reforma mediante o recebimento de 60% do salário;
- Manutenção das atuais condições dos contratos de crédito em vigor.

Sindicatos obtêm esclarecimentos sobre dúvidas dos trabalhadores

Atribuição do subsídio de desemprego e contagem de antiguidade são as principais dúvidas dos bancários do grupo quanto ao programa de rescisões.

O SBN, o MAIS e o SBC questionaram o banco, que respondeu às questões.

Subsídio de desemprego

Nas candidaturas para celebração de RMA aceites pelo banco está garantida a atribuição de subsídio de desemprego?

“Sobre a quota de subsídio de desemprego, o Grupo tem quota disponível. Contudo, a decisão da sua atribuição depende da análise de cada candidatura, existindo naturalmente prioridade de análise para as pessoas que estejam alocadas às 24 estruturas afetadas”, esclareceu o Banco.

Antiguidade

Nas condições apresentadas pelo grupo, nomeadamente no que diz

respeito à “compensação correspondente a 1,5 vencimentos por cada ano de antiguidade no banco”, a contagem da antiguidade corresponde à antiguidade no setor ou no banco?

“Sobre a antiguidade, será respeitada a antiguidade estabelecida contratualmente. A informação disponível no RH Online poderá não coincidir com a data assumida contratualmente, uma vez que a do RH Online é para efeitos de contagem de diuturnidades. Assim, na primeira reunião será apresentado esse detalhe, podendo as pessoas só questionar por email agora sobre esse aspeto se assim o considerarem”, elucidou o Banco.

NOVO BANCO (NB)

CANCELAMENTO DE CARTÕES DE CRÉDITO

Decisão sobre diferendo cabe aos trabalhadores

O Novo Banco (NB) está a apresentar propostas pecuniárias para resolver com os trabalhadores envolvidos o diferendo sobre o cancelamento de cartões de crédito oferecidos como complemento salarial. Os sindicatos da UGT reafirmam que a decisão de aceitar ou não o acordo depende apenas, e só, do próprio.

O diferendo sobre o cancelamento unilateral dos cartões de crédito atribuídos – que em muitos dos casos consta mesmo do contrato individual de trabalho – prolonga-se desde 2012/13.

Agora, o Novo Banco pretende encerrar todos os casos em aberto, propondo aos trabalhadores uma compensação correspondente a 50% da verba em questão, exigindo, em contrapartida, o expirar de qualquer responsabilidade futura.

O SBN, o MAIS, e o SBC reiteram que a decisão de aceitar a proposta ou de recorrer judicialmente cabe sempre, e só, ao trabalhador.

Assim sendo, estes sindicatos reafirmam disponibilidade para apoiar os associados, esclarecendo as dúvidas. Para tal, colocam os respetivos serviços jurídicos ao dispor.

novobanco

Venda da Unicre ao NB sem despedimentos

Metade dos cerca de cem trabalhadores envolvidos passará para o Novo Banco (NB). Dos restantes, a maioria terá propostas de reforma antecipada e a alguns serão propostas rescisões.

Depois do anúncio do acordo entre a Unicre e o NB para a venda do negócio de cartões e de crédito ao consumo, o MAIS, o SBN e o SBC solicitaram imediatamente esclarecimentos à administração da empresa sobre a situação dos trabalhadores.

Desde a primeira hora que os sindicatos da UGT estão a acompanhar o processo, tendo obtido da administração esclarecimentos cabais relativamente a todos os temas que poderiam envolver e afetar os trabalhadores.

Assim, estes sindicatos podem informar que:

A venda do negócio afeta cerca de cem trabalhadores, dos quais 50% passarão a ser trabalhadores do NB.

O MAIS, o SBN e o SBC aconselham todos e cada um dos trabalhadores abrangidos a que, em caso de dúvida e antes de assinarem qualquer tipo de documento, procurem apoio jurídico junto do respetivo sindicato.

Solidariedade com as vítimas dos fogos e com quem os combateu

A UGT expressou a mais profunda solidariedade com as vítimas da trágica catástrofe dos incêndios florestais que assolaram, de forma implacável, sobretudo as regiões do interior norte e centro de Portugal.

Neste momento de dor e de luto, a UGT endereça sobretudo um sentimento de profundo pesar aos familiares daqueles que perderam a vida a combater os fogos.

Perante a dimensão da calamidade, a UGT manifestou apoio incondicional a todos os que, de forma abrupta, viram os bens e as vidas destruídas pelas chamas.

A perda de habitações e de património, muitas vezes construídos com o esforço de uma vida inteira de trabalho, é uma ferida profunda que afeta o coração da nossa comunidade.

A solidariedade estende-se àquelas famílias, garantindo que não estão sozinhas nesta hora de desespero.

A UGT presta, igualmente, uma sentida homenagem a todos os que combateram, de forma abnegada, o flagelo.

A coragem e o espírito de sacrifício dos bombeiros profissionais e dos voluntários, das forças de segurança e de todos os cidadãos que se juntaram àquela luta são um exemplo de altruísmo. O esforço incansável para salvar vidas, casas e animais merece o mais elevado reconhecimento e aplauso da UGT, que apela à união de esforços e à colaboração de toda a sociedade.

É fundamental que as autoridades e a sociedade civil trabalhem em conjunto para apoiar a reconstrução das zonas afetadas e para assegurar a proteção de todos – pessoas e animais.

Por último, a UGT reitera o compromisso de defender os interesses dos trabalhadores e de lutar por um país mais seguro e justo para todos. As vítimas e os heróis daquela tragédia podem contar com a voz e com o apoio da UGT.



Bancários “não puxam carroças”: pagam o resgate dos bancos e criam os lucros

A FEBASE reagiu com profunda indignação às declarações proferidas por vários banqueiros na conferência organizada pelo Jornal de Negócios. Em plena negociação da reforma laboral, responsáveis do BPI, do BCP, da CGD e do Santander afirmaram que “há gente nas empresas que não puxa a carroça” e que “a lei protege quem não quer fazer nada”, subentendendo que todos os restantes são, afinal, meros puxadores de carroça.

Este discurso é ofensivo, injusto e politicamente perigoso. E, mesmo que não existisse mais nenhuma razão para a greve geral de 11 de dezembro, esta demonstração de desprezo pelos trabalhadores portugueses seria, por si só, motivo mais do que suficiente para a mobilização.

Recorde-se um facto essencial que alguns dirigentes parecem querer apagar da memória coletiva: desde 2007/08, o Estado português mobilizou mais de 23,8 mil milhões de euros para estabilizar o sistema financeiro, através de recapitalizações, garantias públicas, resoluções, nacionalizações e empréstimos ao Fundo de Resolução. Estes valores, amplamente confirmados pelo Banco de Portugal, pelo Tribunal de Contas e pela comunicação social, traduzem um esforço público gigantesco.

Quem resgatou a banca não foram os banqueiros; não arriscaram património pessoal, nem suportaram os prejuízos decorrentes de anos de má gestão e de decisões irresponsáveis. Foram os contribuintes, e foram, em particular, os trabalhadores, que suportaram austeridade, cortes salariais e aumento de impostos, enquanto o Estado impedia o colapso de instituições financeiras. É por isso profundamente ofensivo que dirigentes venham agora insinuar que são os trabalhadores que “não puxam a carroça”. A inversão moral é total.

Não menos relevante é o facto de que os bancos presentes na conferência beneficiaram diretamente de cerca de nove mil milhões de euros em apoios públicos. Estes mecanismos de estabilização permitiram-lhes atravessar crises, evitar colapsos e preservar posições no mercado. Enquanto estes apoios protegiam o setor financeiro, os trabalhadores enfrentavam cortes nos ordenados, perda de poder de compra e carreiras congeladas. Fizeram sacrifícios reais, não abstratos; pagaram com o seu rendimento aquilo que a banca não conseguiu pagar com a sua própria responsabilidade.

Por isso, é moralmente inadmissível que instituições salvas repe-

tidamente com dinheiro público se permitam agora insultar quem sustentou o país durante os momentos mais difíceis. Foram os trabalhadores, e não a banca, que enfrentaram precariedade, austeridade e salários estagnados; foram os trabalhadores que mantiveram hospitais, escolas, empresas e serviços a funcionar. Nunca nenhum trabalhador deste país foi resgatado com fundos públicos. A banca foi, e mais do que uma vez.

Quando se ouve dirigentes bancários falar em “flexibilidade”, sabe-se bem o que está em causa: facilitar despedimentos, aumentar precariedade, reduzir proteção laboral e pressionar salários para baixo. Tudo isto num país que já apresenta uma das taxas de precariedade mais elevadas da OCDE. Esta retórica não é modernização: é retrocesso social.

E quando se invoca a Suíça como exemplo, trata-se de uma manipulação evidente.

Na Suíça, os salários são muito mais elevados, a proteção social é robusta e a força sindical é incomparavelmente maior. Usar aquele país como referência sem mencionar estas diferenças é enganar deliberadamente a opinião pública para justificar mudanças regressivas na legislação laboral portuguesa.

Os trabalhadores portugueses não são puxadores de carroça. São profissionais qualificados que sustentam a economia real todos os dias, enquanto o setor financeiro foi, repetidamente, sustentado pelo Estado, apresentando lucros recorde, só possíveis pelo empenhamento, pelo profissionalismo e pela dedicação dos trabalhadores, esses mesmos que os banqueiros tão levemente ofendem com declarações públicas.

A FEBASE exige respeito, dignidade e verdade no debate público e reafirmou a importância da greve geral de 11 de dezembro como resposta firme às tentativas de desvalorizar aqueles que fazem o país avançar, mesmo quando a banca não esteve à altura das responsabilidades.



Os Sindicatos da UGT continuarão firmes na linha da frente, lutando incansavelmente pelos direitos e dignidade de todos os trabalhadores.

Reunião das estruturas sindicais sobre a tabela única para ativos e reformados bancários

As direções do SBN, do SBC e do Mais Sindicato reuniram-se, no dia 10 de julho, em Coimbra, com as respetivas estruturas sindicais de reformados, com o objetivo de analisar e debater a situação atual relativa à reivindicação de uma tabela única para ativos e reformados bancários.

A reunião, marcada por ampla participação e por elevado sentido de responsabilidade, permitiu uma reflexão aprofundada sobre a matéria, considerada de grande relevância e urgência. Foi unanimemente reconhecida a legitimidade da reivindicação dos reformados da banca, atualmente sujeitos à aplicação de tabelas com valores diferenciados, situação que se revela desadequada face à evolução dos regimes fiscais e contributivos.

Neste sentido, foi decidido que a proposta de criação de uma tabela única para os bancários (no ativo e reformados) será assumida como prioritária na proposta de revisão salarial a apresentar pelas estruturas sindicais às instituições de crédito no âmbito do processo negocial para o ano de 2026.

Foi igualmente constituído um grupo de trabalho conjunto, com a participação das estruturas sindicais subscritoras, que tem como missão analisar de forma integrada as problemáticas que afetam os reformados do setor bancário e definir uma estratégia de intervenção sindical coordenada.

A iniciativa conta com os firmes apoio e envolvimento da UGT, reconhecendo a importância deste processo no quadro da justiça social e da coesão entre gerações no setor financeiro.

O SBN, o SBC e o Mais Sindicato reiteraram o compromisso de defesa intransigente dos direitos dos reformados da banca, valorizando o percurso e o contributo de quem trabalhou, com dedicação e profissionalismo, no setor bancário em Portugal.

BANCO DE PORTUGAL

Posição dos sindicatos quanto às diuturnidades

O Tribunal da Relação do Porto julgou improcedente o recurso apresentado pelos sindicatos dos bancários da UGT relativamente à interpretação, por parte do Banco de Portugal, das cláusulas do acordo de empresa (AE) sobre diuturnidades. Após avaliação do processo pelos respetivos serviços jurídicos, o SBN, o MAIS e o SBC decidiram não existirem alternativas viáveis para interpor uma nova ação.

O diferendo entre os sindicatos da UGT e o Banco de Portugal quanto à interpretação das cláusulas do AE relativas às diuturnidades levou à interposição de uma ação no Tribunal do Trabalho do Porto, cuja decisão foi desfavorável às pretensões sindicais – no seguimento, sublinhe-se, de uma ação anterior sobre a mesma matéria, mas com pressupostos distintos, que tinha tido o mesmo desfecho.

O SBN, o MAIS e o SBC recorreram, então, para o Tribunal da Relação do Porto, que manteve a decisão da primeira instância – acórdão que, assinala-se, não é passível de recurso ordinário.

Os sindicatos sustentaram que as diuturnidades, vencidas antes e depois da entrada em vigor do AE, deviam manter o valor fixo de €46,00, posição que, aliás, mantêm, considerando o espírito da negociação que deu azo ao atual acordo.

No entanto, o acórdão do Tribunal da Relação, proferido em novembro de 2024, confirmou a sentença anterior, tendo ficado decidido que o recurso dos sindicatos era “improcedente”.

Embora o resultado não corresponda ao que os sindicatos defendem, importa sublinhar que este processo foi mais um passo na afirmação do seu papel enquanto representantes dos trabalhadores.

Com efeito, os sindicatos da UGT pugnaram até ao fim por uma interpretação favorável, que coincidissem com o espírito da negociação



que culminou com a assinatura do AE, explorando todas as vias jurídicas e judiciais possíveis.

Apesar do estabelecido por via judicial, que respeitam na íntegra, os sindicatos mantêm a posição de princípio, que será, garantidamente, objeto de discussão em futuras negociações.

Os Sindicatos da UGT continuarão firmes na linha da frente, lutando incansavelmente pelos direitos e dignidade de todos os trabalhadores.

Caixa Económica da Misericórdia de Angra disposta a negociar AE

A contraproposta salarial da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) não foi considerada aceitável para os sindicatos da UGT, que, no entanto, salientaram a disponibilidade para negociação.

A resposta da CEMAH à proposta de revisão do AE para 2026 apenas chegou ao SBN, ao MAIS e ao SBC no dia 4 de dezembro, pelo que as negociações ainda não começaram.

Aos 5,7% reivindicados pelos sindicatos para a tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, a CEMAH contrapõe apenas 2%, argumentando com a política de acompanhamento da inflação.

Os sindicatos rejeitaram esse valor percentual, à semelhança do que têm respondido noutras mesas negociais, onde a diferença entre as partes é enorme. Relativamente à revisão do AE, a CEMAH mostrou-se disponível para negociar algumas das propostas dos sindicatos, adiantando a vontade de prosseguir para a próxima fase com vista "à construção de soluções equilibradas e mutuamente vantajosas".

Face à extinção da empresa, Parvalorem propõe rescisões

O SBN, o MAIS e o SBC aconselham os associados a não assinarem qualquer documento sem antes consultarem os serviços jurídicos do respetivo sindicato.

Os três sindicatos dos bancários da UGT reuniram-se, no dia 6 de agosto, com a administração da Parvalorem e da Imofundos, para debater a situação dos trabalhadores das duas empresas públicas.

Liquidação da Parvalorem

A Parvalorem vai ser alvo de liquidação e encerramento até 2027, pelo que até essa data terá de revogar o vínculo laboral com os trabalhadores. Nesse sentido, foi declarada empresa em reestruturação, com o propósito de lançar um programa para a celebração de acordos de rescisão com os trabalhadores, no triénio 2025/2027, que permita o acesso ao subsídio de desemprego.

Assim, nos próximos três anos, em paralelo com a redução de ativos sob gestão, a empresa irá promover uma reestruturação e uma redução anual do quadro de trabalhadores através do programa de rescisões, que contemplará acordos e a promoção de empregabilidade, a maximização das indemnizações, a manutenção das condições dos créditos concedidos e um seguro de saúde. Face às questões colocadas pelos sindicatos, a administração adiantou que a data de saída foi escolhida pelos trabalhadores até final de outubro.

O SBN, o MAIS e o SBC defenderam a manutenção das condições de adesão caso a empresa venha a considerar a necessidade de manter os trabalhadores até ao final.

Alertas

A minuta de acordo de revogação do contrato enviada a todos os trabalhadores é genérica, sendo posteriormente adaptada a cada caso, atendendo às especificidades de cada trabalhador, nomeadamente quanto à antiguidade.



O SBN, o MAIS e o SBC recordam ainda que todas as condições atualmente em vigor mantêm-se integralmente até à saída do trabalhador da empresa.

Imofundos

Relativamente à Imofundos, a administração informou os sindicatos que ainda não há uma solução para a empresa, cuja decisão está dependente da tutela (o Ministério das Finanças).

Os sindicatos acompanham a situação e, nesse sentido, solicitaram uma reunião ao Ministério das Finanças.

Revisão salarial

O SBN, o MAIS e o SBC aproveitaram a reunião para colocar a questão da revisão salarial nas duas empresas, pois até ao momento os trabalhadores ainda não tiveram aumentos.

A administração adiantou que a tutela autorizou para 2025 um aumento da tabela salarial de 2,15% para a Parvalorem e para a Imofundos, com efeitos retroativos a janeiro. A atualização implica um aumento da massa salarial de 1,6%.

Em relação aos automatismos previstos no acordo de empresa, os prémios de antiguidade a pagar em 2025 representam 1,16% da massa salarial, enquanto as diuturnidades e as promoções, por antiguidade e por mérito, representam 0,89% da massa salarial.

No total, em 2025 o aumento agregado da massa salarial na Parvalorem e na Imofundos é de 3,65%.

Os Sindicatos da UGT continuarão firmes na linha da frente, lutando incansavelmente pelos direitos e dignidade de todos os trabalhadores.

ACT

Negociações para 2026 já começaram

O SBN, o MAIS e o SBC apresentaram vinte propostas de compensação para ativos e reformados e um aumento nas tabelas de 5,7%. A banca foi igual a si mesma: recusou todas as propostas sindicais e, como habitualmente, avançou com um absurdo 1,5% para salários e pensões.

A primeira reunião de negociações entre os sindicatos dos bancários da UGT e as instituições subscritoras (IC) do ACT do setor realizou-se no dia 8 de outubro e não auspiciou um processo justo e ponderado para a revisão salarial de 2026.

A troca de propostas e contrapropostas entre as partes deixa antever a predisposição das IC para não aceitarem aumentos dignos para ativos e reformados, que compensem a perda de poder de compra e os anos de trabalho empenhado e profissional.

Resolver injustiças

Os bancários no ativo e na reforma continuam a enfrentar muitos problemas, o que obrigou os sindicatos da UGT a proporem às IC alterações mais profundas no ACT do setor.

Assim, além dos aumentos de salários e pensões, na proposta para 2026 reivindicam outros mecanismos de compensação que permitam reconhecer e ajustar os direitos dos bancários no ativo e na reforma.



Discussão centrada na tabela única para ativos e reformados

O SBN, o MAIS e o SBC iniciaram as negociações deixando claro qual é a prioridade: a necessária e justa valorização das pensões.

Reformados

A decisão dos sindicatos prende-se com a urgência de aumentar justamente a pensão de muitos bancários reformados, que está quase ao nível do salário mínimo nacional.

A injustiça é ainda mais grave porque a reforma não inclui as remunerações variáveis recebidas enquanto no ativo e sobre as quais foram efetuados os respetivos descontos.

Muitas das reformas conseguidas antecipadamente beneficiaram as IC, que queriam a todo o custo reduzir os quadros pessoal e não

se coibiram de exercer enorme pressão sobre os bancários até estes aceitarem. Depois de atingirem o objetivo, continuam a prejudicar os reformados, negando-lhes atualizações dignas das pensões.

O SBN, o MAIS e o SBC consideram urgente corrigir esta situação, que tem gerado perda de poder de compra e degradação das condições de vida daqueles que já foram bancários e dos que, ainda não o sendo, estão na iminência de se reformarem.

Aqueles sindicatos continuarão a defender a necessária e justa valorização das pensões.

Os Sindicatos da UGT continuarão firmes na linha da frente, lutando incansavelmente pelos direitos e dignidade de todos os trabalhadores.

MONTEPIO GERAL

Sindicatos rejeitam proposta salarial

As negociações de revisão do ACT do Montepio para 2026 registam a distância de posições quanto aos aumentos salariais. No clausulado, todas as propostas sindicais foram recusadas.

Após o cumprimento formal de entrega da proposta sindical e da contraproposta patronal, as partes iniciaram as negociações no dia 25 de novembro.

O SBN, o MAIS e o SBC reivindicam um aumento de 5,7% na tabela e cláusulas de expressão pecuniária, à semelhança do que foi apresentado a todas as instituições de crédito subscritoras de convenções coletivas. Os sindicatos da UGT reclamam ainda a reunificação numa tabela única para ativos e reformados, considerando que atualmente nada justifica a manutenção de duas tabelas, pois os pressupostos que lhe deram origem já não se verificam. Já o grupo negociador patronal não quer ir além de 1,5% de aumento salarial – um valor percentual insignificante e logo rejeitado pelos sindicatos.

Clausulado

A diferença de posições ficou igualmente patente na revisão do clausulado. Os sindicatos apresentaram um conjunto de propostas de alteração e inovação, que refletem as preocupações dos trabalhadores. O Montepio não aceitou nenhuma das propostas, argumentando numas com o aumento de custos, noutras considerando matéria de gestão. No caso dos subsídios infantil e de estudo, o Montepio também não aceitou a proposta sindical, embora tenha mostrado abertura para introduzir alterações no decurso das negociações.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Sindicatos rejeitam aumento de 1,8%

Aos 5,7% de aumento salarial reivindicado pelos sindicatos da UGT, o banco público contrapõe um aumento médio de 1,8% e recusa todas as alterações de clausulado – o que foi imediatamente rejeitado. As negociações não começaram da melhor forma.

A proposta sindical para 2026, enviada à Caixa em setembro, propõe também, no clausulado, alterações e inovações.

Em outubro, a resposta da CGD foi demolidora para os trabalhadores e reflete o desrespeito para com aqueles que com o seu esforço e profissionalismo fazem do banco público o mais rentável do setor em Portugal.

Revisão

Relativamente à revisão salarial, a Caixa propõe um aumento médio de 1,8% na tabela e nas cláusulas de expressão pecuniária, com exceção das diuturnidades e do abono de falhas, que ficariam com o valor atual. Como exemplo, refira-se o subsídio de refeição, que teria um aumento de 24 cêntimos!

A CGD justifica a sua proposta assim: “Aumento médio de 1,8% na tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, com exceção das diuturnidades e abono de falhas, que representa uma estimativa de crescimento da massa salarial de cerca de 3%, considerando-se cerca de 20% de promoções, prevendo-se igualmente manter os valores a atribuir a título de prémio de desempenho e potencial e de incentivos comerciais.”

Inaceitável

Na primeira reunião de negociações, logo ficou patente a enorme diferença de posições.

O SBN, o MAIS e o SBC recusaram a pretensão da Caixa de que algumas rubricas não tivessem qualquer aumento, como é o caso, por exemplo, das diuturnidades.

Pinheiro Manso incrementa atividades

Já vai longe o ano de 1990, em que a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o 1º de Outubro como Dia Internacional das Pessoas Idosas, ficando este mês, em Portugal, a ser considerado como o Mês da Pessoa Idosa.

Aquele dia tem como objetivo principal destacar a importância do idoso na sociedade, bem como consciencializar para as oportunidades e desafios do envelhecimento no tempo atual, quando se perspetiva que durante as próximas três décadas o número de pessoas idosas, em todo o mundo, mais de que duplique, ultrapassando a fasquia de 1,5 mil milhões em 2050.

Também na Residência Sênior as atividades referentes ao mês de outubro foram ainda mais incrementadas, conforme se pode ver nas fotos anexas.

Foi com a leitura do texto que a seguir reproduzimos, de autoria do residente Rui Cupertino de Miranda, que se iniciaram as comemorações do Dia do Idoso, e simultaneamente, as do Mês do Idoso.



O Dia do Idoso

A Assembleia Geral das Nações Unidas, decretou o dia 1 de outubro como o Dia Internacional do Idoso.

Penso que esta data, só por si não adianta muito.

Deverá ser acompanhado por medidas tomadas pelos governos dos vários países, no sentido de assegurar aos idosos os melhores tratamentos em termos de saúde. Sim, porque ao idoso o que mais lhe interessa é a saúde! Depois vem o amor. Mas amor sem saúde não adianta.

O próprio significado da palavra idoso é muito variável, podendo em África ter-se 40 anos e na Noruega 90.

Depois foi um desfile de atividades, desde a ação da PSP relacionada com a segurança dos idosos, até ao Dia do Animal, aos cantares pelo Grupo dos Rotários de Matosinhos e pela Associação de Reformados do Porto, à Eucaristia celebrada pelo bispo auxiliar do Porto, D. Joaquim Dionísio, ao concerto de piano por um neto de uma residente, ao Dia Mundial do Pão, ao Grupo de Cavaquinhos do Porto e Alcântara, à Desfolhada, à exibição dos alunos do 4º ano do Colégio Tangerina, passando pela presença de um dos candidatos à Câmara Municipal do Porto – Manuel Pizarro – (pena foi que as outras listas que solicitaram autorização para se deslocarem até junto dos residentes não tenham efectuado a visita), ao ateliê de cerâmica proporcionado pela residente Olema Correia, encerrando-se no dia 31 de outubro com o Dia das Bruxas, pelos alunos da Escola São João de Deus.

Foi, assim, um mês de intensa atividade, tendo ficado tudo preparado para dezembro, outro mês de muitas atividades, como daremos conta na próxima edição da Nortada.

Festa de final de verão

A exemplo de anos anteriores, no dia 18 de setembro foi realizada a festa de final do verão.

Foram ouvidas e cantadas canções de outrora, com a participação interessada e bem-disposta de um número elevado de residentes, conforme as fotografias confirmam. A tarde terminou com a distribuição de bolas de Berlim por todos os participantes em mais este evento organizado na Residência.



“Saúde é um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas a ausência de doença ou debilidade.”

(OMS, 1946/1948)

Por Eduardo Conde (Presidente do CG)

SAMS – SBN: vantagens de ser associado

Há, de facto, vantagens substancialmente acrescidas em ser associado do SBN.

Ser sócio do SBN é um designio do bancário, toda a estrutura de apoios em saúde é acompanhada e gerida pelo sindicato.

A gestão tem sempre como objetivo apoiar mais e de forma permanente cada beneficiário, sendo que a componente FSA – Fundo Sindical de Assistência complementa de forma muito intensa o acréscimo de custos que se verificam ano após ano na saúde.

A pulverização de hospitais privados, geridos por fundos anónimos que apenas almejam o lucro, leva a gestão a densificar os apoios do FSA, inerente ao ser associado além de beneficiário, funcionando como um complemento de saúde.

Sempre a pensar em formas de melhorar, mais e melhor a situação dos associados, foi decidido e será implementado ainda em 2025 um acréscimo substancial das comparticipações em produtos de ótica e de oftalmologia.

Todos verão as comparticipações melhoradas a nível do Regime Geral, mas os associados, esses, terão um complemento duplicado, mercê da disponibilidade do FSA, solidificando a ideia de que de fac-

to ser associado, além de todas as outras, tem imensas vantagens a nível das comparticipações e da assistência.

Assim sendo, com esta majoração, os associados ficam com uma das melhores comparticipações entre todos os subsistemas de saúde.

Como exemplo, o SAMS-SBN é um dos únicos subsistemas que:

- comparticipa armações de dois em dois anos, até 100€;
- comparticipa simultaneamente na possibilidade de ter lentes de contacto e óculos, para poder efetuar um descanso ocular saudável;
- nas lentes com maior nível de utilização, os níveis de comparticipação vão receber um acréscimo, para associados, que oscila entre 40 e 220€.

É um esforço tremendo, mas que os associados nos merecem, pela resiliência, pela proximidade e pela dedicação ao SBN.

Ser associado do SBN é fazer parte de uma história de sucesso que marca o sindicalismo, a banca e a consolidação dos direitos dos trabalhadores.



Segue informação relativa a alguns dos Acordos celebrados e/ou reformulados, até ao momento, com Entidades Prestadoras de serviços de saúde. Nas próximas edições daremos continuidade à publicação de novos Protocolos para atualização desta rubrica.

DELEGAÇÃO DO SBN - PENAFIEL

Hospital Trofa Saúde Penafiel
Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, Tapada Comprida
Lugar do Sout - Guilhufe
Tel. 255718800 | NIF: 517549492

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços Especiais
Diversas especialidades

· Outras valências
Nutrição / Psicologia / Psicoterapia / Terapia da Fala

· Tratamentos
Enfermagem / Fisioterapia

· Serviço de Urgência
Adultos / Pediátrico

· Intervenções Cirúrgicas
Diversas especialidades
Cirurgia Ambulatório
Internamento

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Análises Clínicas
Exames de Gastroenterologia - Endoscopia/Colonoscopia
Exames de ORL (audiograma, etc)
Provas Funcionais Respiratórias
Polissonografia
Eletroencefalograma
Eletromiografia
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Ecodoppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Exames vasculares (Dopplers)
Mamografia
Radiologia
Densitometria Óssea
TAC
Ressonância Magnética

DELEGAÇÃO DO SBN - PORTO

MAIA

Hospital Lusíadas Maia
Estr. Real nº 95, Lg. das Guardas (MiraMaia Shopping) Moreira
Tel. 22 0124433 | NIF: 501483691

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços Especiais
Diversas especialidades

· Outras valências
Nutrição / Psicologia / Psicoterapia / Terapia da Fala

· Tratamentos
Enfermagem

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Análises Clínicas
Eletrocardiograma
Ecocardiograma

Ecodoppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Exames vasculares (Dopplers)
Mamografia
Radiologia
TAC
Tomografia de Coerência Ótica
Ressonância Magnética

GONDOMAR

Hospital Trofa Saúde Aveiro (Hospital Fernando Pessoa)
Av. Fernando Pessoa, nº 150 - São Cosme - Gondomar
Tel. 22 2455455 | NIF: 518727602

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços Especiais
Diversas especialidades

· Outras valências
Nutrição / Psicologia / Psicoterapia / Terapia da Fala

· Tratamentos
Enfermagem / Fisioterapia

· Serviço de Urgência
Adultos / Pediátrico

· Intervenções Cirúrgicas
Diversas especialidades
Cirurgia Ambulatório
Internamento

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Análises Clínicas
Exames de Gastroenterologia - Endoscopia/Colonoscopia
Exames de ORL (audiograma, etc)
Provas Funcionais Respiratórias
Polissonografia
Eletroencefalograma
Eletromiografia
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Ecodoppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Exames vasculares (Dopplers)
Mamografia
Radiologia
Densitometria Óssea
TAC
Tomografia de Coerência Ótica
Ressonância Magnética

VILA DO CONDE

Trofa Saúde Vila do Conde
VNC Retail Park, Rua Nova da Gândara - Movidas
Tel. 22 9288800 | NIF: 504928716

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços Especiais
Diversas especialidades

· Outras valências
Nutrição / Psicologia / Psicoterapia / Terapia da Fala

· Tratamentos
Enfermagem

· Cirurgia ambulatório

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Análises Clínicas
Exames de ORL (Audiograma, etc)
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Ecodoppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Exames vasculares (Dopplers)
Mamografia
Radiologia
TAC
Ressonância Magnética

RESTANTE ÁREA TERRITORIAL

CARREGADO

Hospital Lusíadas Campera
Estrada Nacional 3, Km 0,149 – Carregado
Tel. 21 1598555 | NIF: 505962403

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços especiais
Diversas especialidades

· Outras valências
Nutrição / Psicologia / Psicoterapia / Terapia da Fala

· Tratamentos
Enfermagem

· Cirurgia ambulatório

· Serviço de Urgência – Adultos

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Análises Clínicas
Exames de ORL (audiograma, etc)
Polissonografia
Eletroencefalograma
Eletromiografia
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Ecodoppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Exames vasculares (Dopplers)
Mamografia
Radiologia
Densitometria Óssea
TAC
Tomografia de Coerência Ótica (OCT)
Ressonância Magnética

AULAS DE PILATES

Uma “estrela” que cresceu no palco do SBN

Com a orientação dedicada da nossa professora Filipa e a participação entusiasta das alunas, esta atividade tem contribuído para melhorar a postura, aumentar a flexibilidade, reduzir o stress e promover o bem-estar geral.

Durante o mês de agosto foi feita uma pausa para férias, mas em setembro as aulas regressaram com toda a energia!

É a altura ideal para experimentar esta modalidade, que tantos benefícios traz à saúde física e mental.

A prática regular de Pilates é indicada para todas as idades e níveis de condição física. Além de ajudar a tonificar os músculos e prevenir lesões, contribui para uma maior consciência corporal – algo essencial para o dia-a-dia, especialmente para quem passa muitas horas sentado ou em posições repetitivas.

O SBN convida, por isso, todos os associados e os seus familiares a juntarem-se a nós! É uma excelente oportunidade para cuidar de si num ambiente descontraído e acolhedor, com profissionais qualificados e



em boa companhia. A fotografia que acompanha este artigo mostra a nossa professora com um grupo de alunas, que reconhecem os efeitos positivos que o Pilates já trouxe às suas vidas.

Venha experimentar. O seu corpo e mente agradecem!

As aulas decorrem nas nossas instalações na Rua Cândido dos Reis, Porto, à terça-feira 10h40 e quarta-feira 16h20.

Os interessados deverão contactar a Loja de Atendimento do SBN (Rua Cândido dos Reis, 130, 2º, 4050-151 Porto) através do telefone 223398843 (chamada fixa nacional) ou sag@sbn.pt.

Turquia

Realizou-se nos dias 28 de junho a 7 de julho uma “Grande Viagem SBN”, à Turquia.

A visita começou em Istambul, passando pela capital Ancara, Capadócia, Pamukkale, Izmir, Troya, Canakkale e Bursa.

GRANDES VIAGENS



POESIA EM IMAGEM

"Os teus versos ganham vida através das nossas lentes"

O Pelouro Recreativo e Cultural e o Núcleo de Fotografia convida os associados do SBN e familiares a participar num projeto único, onde as palavras se transformam em imagens:

O teu poema pode ser traduzido em fotografia!

A entrega dos poemas (original com o máximo 20 versos) deverão ser entregues na S.A.G., identificados com o com o seu nome, número de Associado e contactos.



A equipa do Núcleo de Fotografia irá interpretar os poemas e criar uma fotografia exclusiva, inspirada nos versos, dando vida às suas emoções. As melhores combinações (poema + fotografia) serão expostas numa mostra coletiva.

Para mais informações contactar a Loja de Atendimento do SBN, através do telefone 223 398 843 (chamada fixa nacional) ou sag@sbm.pt.

ATELIÊ DE PINTURA

Descubra a obra-prima que há em si!

Como bem disse o mestre Picasso, "A arte lava da alma a poeira do dia-a-dia."

Num mundo cada vez mais acelerado, encontrar um momento para abrandar, expressar a nossa criatividade e conectar-se consigo mesmo é um presente precioso.

As "Aulas de Pintura" foram pensadas exatamente para lhe oferecer esse refúgio de inspiração e bem-estar, guiadas por professoras habilitadas e talentosas, que com paixão e dedicação, o(a) irão acompanhar numa viagem de descoberta das técnicas, cores e formas.

Não importa se é a primeira vez que pega num pincel ou se quer aperfeiçoar o seu talento.



Nestas aulas, que decorrerão às segundas ou quintas-feiras das 15h até às 17h30 os associados do SBN e respetivos agregados familiares, encontrarão um ambiente descontraído e estimulante para soltar a imaginação.

Para mais informações contactar a Loja de Atendimento do SBN, através do telefone 223 398 843 (chamada fixa nacional) ou sag@sbm.pt.

NÚCLEO DE FOTOGRAFIA DO SBN

Concurso de Fotografia do SBN

O Pelouro Recreativo e Cultural – Núcleo de Fotografia, promoveu, aberto a todos os associados do SBN e respetivos agregados familiares, o 1º Concurso de Fotografia SBN 2025, com o objetivo de permitir que os concorrentes dessem asas à sua criatividade, mostrando o seu olhar artístico e o gosto pela fotografia.

Este concurso, que tem como objetivo, sensibilizar os participantes para a observação do meio envolvente; estimular a criatividade no âmbito da arte fotográfica, incentivar e divulgar o gosto pela fotografia, fomentar a partilha de experiências e conhecimentos e, sobretudo, promover a integração no Núcleo de Fotografia do SBN, para futuras exposições coletivas.

As melhores fotografias integrarão uma exposição na Galeria do SBN, com inauguração em dezembro de 2025, onde também terá lugar a cerimónia de entrega dos prémios.



Exposição fotográfica de Fernando Castro mergulha no universo steampunk



Fernando Castro, fotógrafo e membro ativo do Núcleo de Fotografia do SBN, apresentou numa exposição na Galeria 2 do núcleo, 14 obras dedicadas ao universo steampunk.

O steampunk é uma subcultura artística e literária que mistura estética retrofuturista com a tecnologia do século XIX, sobretudo a máquina a vapor. Trata-se de um gênero visual e narrativo que combina elementos da Revolução Industrial com universos alternativos, em que o passado e o futuro se encontram. Inspirado por Júlio Verne e H. G. Wells, este movimento tornou-se um espaço fértil para a imaginação, onde engrenagens, goggles e ambientes industriais se cruzam com cenários quase oníricos.

Segundo Fernando Castro, o primeiro contacto com este universo deu-se através de imagens geradas por inteligência artificial. O que mais o impressionou foi a atmosfera onírica e a sensação de sonho palpável que estas composições despertam. Embora criadas digitalmente, estas imagens transportam consigo um discurso visual poderoso, capaz de gerar reflexão e debate.

A exposição, porém, não se limitou ao steampunk.

O autor traz também para a discussão a relação entre mundos artificiais e a fotografia real, com recurso a imagens em HDR, captadas em 60fps e 120fps, convidando à comparação entre o imaginário alternativo e a materialidade concreta da fotografia contemporânea.

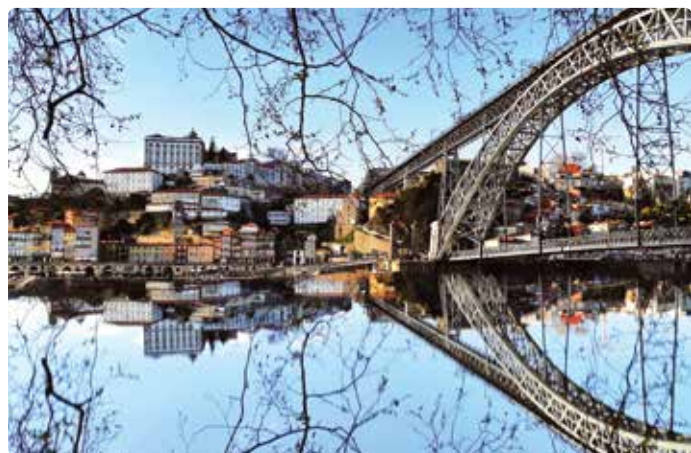


Fernando Castro sublinha que esta mostra teve duplo objetivo: por um lado, partilhar as imagens que mais o impactaram; por outro, levantar questões sobre uma estética que, apesar de fascinante, revela traços de violência e rigidez ideológica, sem contudo assumir uma postura apologética ou doutrinária.

Viajando e Reflexos

“Livre – 2025” é o título genérico com que o Núcleo de Fotografia apresenta as exposições dos seus membros, cada uma delas, todavia, subordinada a uma temática específica.

Assim, na Galeria do SBN, na Rua Conde de Vizela, 145, de 6 de agosto a 3 de setembro, das 15 às 17 horas de quartas-feiras, “Reflexos” foi como José Cerqueira denominou a mostra de que foi autor.



© José Cerqueira



© Eduardo Nogueira

> PESCA

| Surfcasting

Torneio Regional 2025

O SBN promoveu e realizou o torneio regional de surfcasting – 2025. António Paulo Oliveira do BST sagrou-se campeão, seguido de António Leite do NB e de Abílio Bastos do MG, que classificados respetivamente em 2º e 3º lugar, completaram o pódio individual.

Por equipas, o campeão foi o Novo Banco, secundado por Serviços Sociais Montepio e Millenium BCP, respetivamente 2º e terceiro classificados.

Final Nacional 2025

A final nacional de Surfcasting - 2025, realizou-se, no passado dia 22 de novembro, em Troia.

O SBN, sagrou-se campeão quer individual, através de Miranda Leite do NB, quer coletivamente através da equipa do Novo Banco, constituída por Miranda Leite, Jorge Pinto e Armindo Ribeiro.



| Rio

Torneio Regional

Do torneio de Rio – 2025, resultou como campeão Luís Monteiro do MBCP, seguido por Adélio Machado da CGD, 2º classificado e de Ricardo Silva do MG, que obteve a 3ª posição, individual.

Por equipas o campeão foi o Milénium, seguida de MBCP, CGD e NB.

Final Nacional

A Final Nacional de Rio, realizou-se, no passado dia 27 de setembro, em Ílhavo, tendo o pescador Luís Monteiro do MBCP/ SBN assegurado o título nacional individual. Por equipas, o lugar cimeiro do pódio, coube à formação do MBCP/SBN.



| Alto Mar

Encontro Regional

Realizou-se, no passado dia 7 de outubro, o Encontro Regional de Pesca de Alto Mar. Manuel de Oliveira, do Novo Banco sagrou-se campeão regional, seguido por José Xavier do MBCP, Jorge Pinto do NB e Alberto Lourenço, que se classificaram em 2º, 3º e 4º lugar, respetivamente. Estes 4 pescadores representarão o SBN na Final Nacional a realizar em Setúbal.



> King

O Torneio de King - 2025, do SBN, que teve lugar nas instalações da Secção Sindical de Reformados, no Porto, teve como campeão Cristóvão Lisboa, seguido de Valdemar Gaspar, Rui Coimbra e Francisco Santos, respetivamente segundo, terceiro e quarto classificados.



> Bowling

José Amorim, do BCP, Pedro Ramada, do BdP, Joaquim Pinho, do BdP, Luís Carvalho, do BdP e Aníbal Festas do BCP, foram os 5 representantes do SBN à final nacional do torneio de bowling realizada no passado dia 11 de outubro, em Cantanhede.

Helena Lourenço em representação do Mais Sindicato, sagrou-se Campeã Nacional, tendo José Amorim obtido um honroso 6º lugar e Joaquim Pinho o décimo.

> Futsal

Évora, foi a cidade que recebeu, nos dias 18 e 19 de outubro, a Final Nacional do Torneio de Futsal 2025, onde o SBN foi representado pela equipa do Montepio, campeã regional norte.



> Xadrez

Final Nacional

Nos dias 22 e 23 do passado mês de novembro, realizou-se em Ílhavo, a Final Nacional de Xadrez – 2025, tendo o SBN obtido um honroso 4º lugar, através do seu representante, Joaquim Pinho (BP).

> Padel

1º Torneio Regional

O SBN promoveu e realizou o seu 1º Torneio. A equipa forma por João Batista e André Barbosa, ambos do MG, saiu vencedora, tornando-se, assim, o primeiro par campeão do SBN, nesta modalidade.

A equipas constituídas por José Correia e Filipe Lima, ambos do BST classificou-se em segundo lugar, tendo Fernando Almeida, do BPI e Helder Silva, do MG, conseguido o terceiro lugar do pódio.

Os Órgãos Consultivos do SBN retomaram a atividade, interrompida pela malfadada epidemia Covid 19, tendo já realizado ou em andamento a organização de diversos eventos, destinados aos associados e respetivo agregado familiar, dos quais destacamos os que abaixo se elenca.

As inscrições deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento, pessoalmente, através dos telefones 223398809/48, ou do email sag@sbn.pt.

Entende-se por agregado familiar unicamente os familiares do associado, devidamente registados no SAMS.

COMISSÃO DA JUVENTUDE

— VISITAS "A PAR E PASSO" —

Luso e Mata do Buçaco



A Mata do Buçaco encontra-se inserida no extremo noroeste da serra homónima, local de relevo proeminente e de precipitação abundante, num contexto litológico favorável que permite abundante água subterrânea e superficial, propiciando uma floresta exuberante.

Entre os séculos XVII e XIX, os pontos de água (nascentes) e linhas de água que se encontram na Mata do Buçaco comportaram várias intervenções, nomeadamente a construção de lagos e fontes, entre as quais a mais célebre, a Fonte Fria, onde se unem as duas linhas de água predominantes, originando uma linha de água que percorre o Vale dos Fetos, nome que deriva de um conjunto de fetos de porte arbóreo, dispostos ao longo do vale.

Dos vários pontos de interesse para os visitantes, destacam-se Vale dos Fetos, Fonte Fria, Fonte do Carregal, Fonte de Santa Teresa, Fonte de Santo Elias, Fonte de S. Silvestre, Samaritana e Cascata.

No dia 13 de setembro, a Comissão da Juventude levou a efeito mais uma visita "A Par e Passo", a que aderiram 65 pessoas, desta vez com destino ao Luso e à Mata do Buçaco, que contemplou, ainda, visitas guiadas, ao Museu da Rádio (Radiolândia) e ao Museu de Etnomúsica da Bairrada, respetivamente, em Bustos e no Troviscal, no concelho de Oliveira do Bairro.

VISITA GUIADA PELA NATUREZA

"Por Terras de Egas Moniz" Gralheira e Serra de Montemuro

No dia 27 de setembro, a Comissão da Juventude proporcionou a 69 caminhantes – "A Par e Passo" – uma visita guiada "Por Terras de Egas Moniz" (o aio do nosso primeiro rei, onde as lendas e a realidade se enleiam), num passeio pedestre de cerca de sete quilómetros, de dificuldade fácil, pela vertente norte da Serra do Montemuro, concelho de Resende, onde foi possível contemplar desde a beleza paisagística ao património edificado, que remonta à fundação da nacionalidade, com as suas lendas e a sua história.

Destaque para o almoço servido na aldeia da Gralheira, concelho de Cinfães, e para as histórias contadas à sombra dos carvalhos, revivendo os tempos passados.



COMISSÃO DA JUVENTUDE

“Por Terras de Ala”

“Por terras de Ala” foi a designação atribuída à visita à aldeia de Ala – povoação portuguesa do Município de Macedo de Cavaleiros – promovida pela Comissão da Juventude no dia 25 de outubro, numa caminhada por um percurso circular, em campo aberto, moderado, em piso de terra batida, interpretativo, cultural, ambiental e paisagístico a que aderiram 59 caminhantes.



— VISITAS GUIADAS —

CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA

Do Museu Machado Castro ao Largo da Portagem

O centro histórico da cidade de Coimbra foi mais um destino das visitas promovidas pelo SBN, guiada pelo técnico certificado e credenciado João Mendes.

Esta visita à “Cidade dos Estudantes”, da universidade para a Praça da Portagem, que teve a participação de 54 pessoas, incidiu sobre o património mundial da UNESCO e sobre a universidade, os estudantes, as tradições, as lendas e as histórias ligadas à antiga Aeminium e aos povos que passaram por aquele território. Foram também relembrados o contributo de Coimbra para a fundação do reino de Portugal, as memórias da muralha e da alcáçova e alguns factos acerca da padroeira da cidade, da doçaria conventual e, ainda, do legado patrimonial relacionado com os Caminhos de Santiago.



Óbidos e Presépios de Sal



Entre 28 de novembro e 4 de janeiro a vila de Óbidos cobre-se de luzes e celebra o Natal com uma programação que inclui uma Aldeia do Pai Natal, a Grande Fábrica do Natal, onde não faltam os insufláveis e os carrosséis para os mais novos, uma pista de gelo, exposição de presépios, contos de Natal e animação de rua. As ruas iluminadas, os espetáculos temáticos e as diversões para todas as idades fazem da “Vila Natal” – Óbidos – um aliciente destino turístico.

Com o fim de dar a conhecer aos associados do SBN e respetivos agregados familiares um dos eventos mais encantadores nesta época em Portugal, a Comissão de Juventude levou a efeito, no dia 29 de novembro, uma visita ao local e às salinas de Rio Maior, que todos os anos se transformam na Aldeia dos Presépios de Sal, onde os visitantes vivem a magia da quadra e podem admirar esculturas lindíssimas, feitas em sal, que representam as figuras de um presépio, quer nas instalações do município quer na Cooperativa dos Salineiros. No evento participaram 125 pessoas.

O icónico Cemitério da Lapa

O Cemitério da Lapa é o mais antigo cemitério privativo católico a funcionar em Portugal. Em termos históricos e estéticos, é também o mais importante de todo o norte do país.

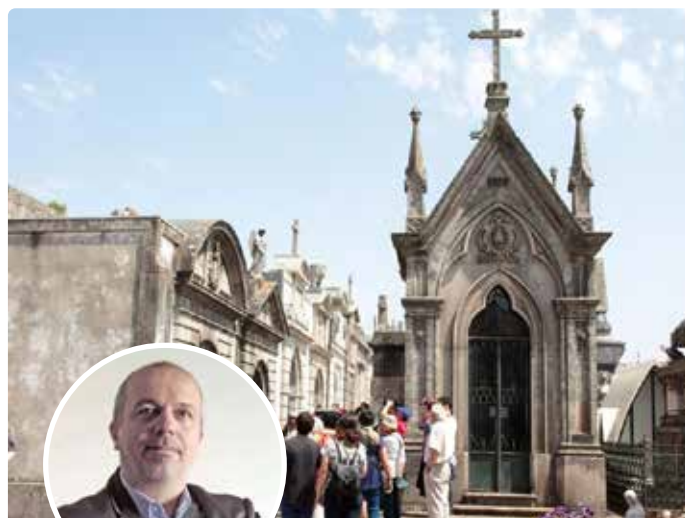
Mesmo não sendo de grande extensão, foram ali erigidos alguns dos primeiros monumentos funerários românticos portugueses, a partir de 1839. Vários dos mais faustos monumentos serviram de inspiração para construções tumulares noutros cemitérios, ao longo de décadas. Desde o seu estabelecimento até finais do século XIX, a Lapa foi o cemitério preferido das elites portuguesas. Já em 1864, o *Elucidário do Viajante no Porto* concedia “a honra de primeiro logar a este cemitério, por encerrar ricos jazigos e sumptuosas capellas”.

Devido, essencialmente, à falta de espaço, ao longo de quase todo o século XX assistiu-se a um empobrecimento do cemitério. Ainda assim, quase todos os maiores monumentos tumulares permaneceram.

O cemitério é, assim, um verdadeiro museu a céu aberto, não só em termos artísticos, mas também no que se refere a vários ilustres nele sepultados, desde José Ferreira Borges a Camilo Castelo-Branco.

No dia 24 de janeiro, às 10 horas, a Comissão de Quadros e Técnicos dará início a uma visita guiada ao cemitério, orientada pelo prof. Francisco Queiroz, especialista naquela área cultural.

Para mais informações contactar a Loja de Atendimento, através do telefone 223398800 ou do email: sag@sbn.pt.



Prof. Dr. Francisco Queiroz

Doutor em História da Arte pela Universidade do Porto, investigador do CHAM Açores e colaborador da Rede de Investigação em Azulejo. Membro da Direcção do CEPESE, onde concluiu o pós-doutoramento em 2014, sobre Arte Tumular do Romantismo em Portugal, e onde foi coordenador adjunto do grupo de investigação “Património, Cultura e Turismo”.

Diretor da revista científica “RomanHis”, perito de escrita manual e o mais experiente formador de Genealogia em Portugal.

Autor ou coautor de mais de uma centena de artigos científicos e de algumas dezenas de livros (em português, inglês, francês, espanhol, italiano e polaco).

Solar de Magalhães e Amarante

Na cidade de Amarante, no Parque Florestal ou com início no local, pode efetuar-se um passeio pedestre, na margem esquerda do rio Tâmega, no denominado “Trilho dos Castanheiros”.

A Comissão de Quadros e Técnicos promoveu, no dia 18 de outubro, com a participação de 54 associados e familiares do SBN, um passeio cultural que contemplou visitas ao Solar do Magalhães e ao Centro Histórico de Amarante, dirigida por dois guias credenciados disponibilizados pela Divisão de Museus, Biblioteca e Serviço Educativo do município.



Amarante

Uma cidade que inspira e surpreende

Em Amarante, o passado encontra o presente numa simbiose perfeita entre tradição e inovação. Descobrir Amarante é uma aventura que apetece viver. É percorrer as margens do rio Tâmega, sentir a história na ponte e na Igreja de São Gonçalo, marcadas pela resistência heroica às invasões francesas. É mergulhar na criatividade de génios como Amadeo de Souza-Cardoso, Teixeira de Pascoaes e Agustina Bessa-Luís.

O Parque Florestal de Amarante

Situado no coração da cidade, em comunhão com o Rio Tâmega, o Parque Florestal de Amarante é muito procurado para lazer, desporto e passeios pedestres. Com uma área de cerca de cinco hectares, oferece beleza e bem-estar a quem o visita, pela variedade de espécies de flora – desde sequóias, a tílias, plátanos e bordos – e de fauna, como perdizes e gralhas. Remonta a 1916 o início da plantação, por iniciativa de António do Lago Cerqueira, tendo como principal objetivo a florestação das serras do Marão e da Meia Via.

Guimarães: ali começou Portugal

A história de Guimarães está associada à fundação da identidade nacional e à língua portuguesa, no séc. XII.

O centro histórico de Guimarães constitui um vestígio único, excepcional, de um tipo particular de conceção e evolução de cidade.

A morfologia do tecido urbano medieval conforma uma sucessão de praças de grande valor e qualidade formal e ambiental.

O edificado é caracterizado por um tipo particular de construção, tipologicamente diversificado, mas com uma grande unidade formal no conjunto, uma vez que, na generalidade, é erguido com técnicas construtivas tradicionais, em especial em taipa de rodízio e taipa de fasquio. Guimarães distingue-se, especialmente, pelo património exemplarmente recuperado, pela dinâmica cultural e pelo forte sentimento de pertença da população.

As recuperações patrimoniais realizadas levaram a UNESCO, em 2001, a reconhecer o Centro Histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade e, mais tarde, em 2023, à classificação da Zona de Couros.

A fim de dar a conhecer estas características de Guimarães aos associados do SBN e agregados familiares, a Comissão de Quadros e Técnicos vai promover, no dia 31 de janeiro, uma visita guiada ao centro histórico, conduzida por um profundo conhecedor da cidade, Manuel Alves Barbosa, professor de História aposentado.

A iniciativa só se realiza com um mínimo de 35 e um máximo 55 inscrições, que devem ser efetuadas na Loja de Atendimento, até ao dia 16 de janeiro.

Prof. Manuel Alves Barbosa

Licenciado em Ensino de História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho. Coordenador pedagógico do Centro de Formação de Professores Francisco de Holanda. Professor do 3.º ciclo e do secundário até 2018, no ensino público, em colégios privados e no ensino profissional.



— **PERCURSOS CULTURAIS** —**"À descoberta da identidade portuense"****Utilização do sistema de radioguia**

Nos próximos percursos culturais passará a ser utilizado um sistema de radioguia para visitas guiadas em grupo, através da app "livevoice" (download gratuito), para que o participante, através do telemóvel pessoal e de auricular, melhor possa acompanhar as explicações do orador, Prof. Joel Cleto.

Assim, para aceder à utilização deve ser instalada a app (muito rápida e prática), basta fazer a leitura dos qrcodes aqui disponibilizados.

No início de cada visita será fornecido um código que, inserido na respetiva aplicação, permite de imediato aceder ao serviço.

**54ª edição...****Quinta da Conceição, em Leça da Palmeira**

No dia 27 de julho realizou-se a 54ª edição dos "Percursos Culturais", sob o tema "A Quinta da Conceição, em Leça da Palmeira – Do antigo

convento franciscano ao parque público". O evento teve a participação de 35 participantes.



... 55ª ...

“Pasteleira e Lordelo:
Lendas e Narrativas”

A 55ª edição dos “Percursos Culturais” intitulou-se “Pasteleira e Lordelo – Lendas e Narrativas” e concretizou-se no dia 7 de setembro, um domingo de sol.

A Pasteleira e Lordelo do Ouro, afastados do centro da cidade, são um espaço com surpreendentes e belos miradouros, como o da capela de Santa Catarina, e apresentam vários locais de grande interesse patrimonial, seja do ponto de vista natural (como a queda de água da ribeira de Lordelo, os Pinhais da Foz, o Parque da Pasteleira e o sapal da ilha do Frade), seja do ponto de vista histórico e lendário (como é o caso da capela do Senhor e da Senhora da Ajuda e o busto de Vitorino Damásio), o que foi pretexto para um percurso outonal, com 45 participantes.



... 56ª ...

“Visita Noturna
à Ribeira do Porto”

“Uma Visita Noturna à Ribeira do Porto” foi o lema escolhido para a 56ª edição dos Percursos Culturais, que teve lugar no dia 10 de outubro.

A área ribeirinha do Porto, entre a ponte Luís I e a igreja de S. Nicolau, é um dos espaços mais identitários e históricos da cidade. Cada rua e cada viela, cada esquina e cada pedra encerram histórias e lendas que foram percorridas e dadas a conhecer aos 35 caminhantes, num trajeto que empresta um ambiente ainda mais mágico àquela área.



... 57ª ...

"130 anos da integração de Aldoar no Porto"



A Comissão de Quadros e Técnicos promoveu no dia 23 de novembro, com a adesão de 45 pessoas, a 57ª edição dos "Percursos Culturais", intitulada "Nos 130 anos da integração de Aldoar no Porto – Visita evocativa no Parque da Cidade".

Foi a 21 de novembro de 1895 que, a pretexto da abertura da Estrada da Circunvalação, as freguesias de Ramalde, Aldoar e Nevogilde, até aí pertencentes ao vizinho concelho de Matosinhos, passaram a integrar a cidade do Porto. Espaços, na época, essencialmente rurais, foram palco, ao longo destes 130 anos, de importantes transformações urbanísticas. Contudo, guardam ainda alguns recantos onde a memória e a identidade se encontram salvaguardadas, como é o caso do núcleo rural do Parque da Cidade. Na visita, além de se perceber melhor quais os objetivos fiscais, alfandegários e administrativos da Circunvalação, foi feita uma viagem ao tempo em que Ramalde era conhecida como a "Terra dos Cornos Grandes" e Aldoar guardava ainda as marcas da sua multissecular associação à Ordem dos Hospitalários.

... 58ª ...

"Presépios dos Clérigos e das Taipas"

A Comissão de Quadros e Técnicos promoveu, no dia 13 de dezembro, em plena quadra natalícia, a 58ª edição dos Percursos Culturais, a fim de dar a conhecer dois presépios na zona histórica do Porto: o da igreja dos Clérigos (no ano em que se assinalam os trezentos anos da chegada do seu arquiteto, Nicolau Nasoni, à cidade) e o surpreendente e barroco da igreja das Taipas.

A visita, durante a qual foram dadas a conhecer aos 30 participantes as origens e diferentes significados dos presépios, foi também um pretexto para "descobrir" os dois monumentos que os abrigam.

Na próxima edição daremos mais informações sobre o evento.

... 59ª

"O fantasma do Mordomo Baptista"

O historiador Joel Cleto encarna a personagem de fantasma do Mordomo Baptista, cuidador da Casa dos Santiago, para levar os caminhantes, pelos vastos corredores, salões e recantos da Casa dos Santiago, que é hoje o Museu da Quinta de Santiago.

É no jardim de inverno que Joel Cleto explica o porquê de a família Santiago, uma das mais abastadas da região, ter mandado edificar a casa.

Um desses motivos era o facto de ficar junto ao Rio Leça, bom para os banhos, pois Leça da Palmeira era, nas últimas décadas do século XIX, uma das principais estâncias balneares do nosso país.

Os participantes terão oportunidade de ficar a conhecer esta e outras histórias sobre a Quinta de S. Tiago, na 59ª edição dos "Percursos Culturais" que a Comissão de Quadros e Técnicos irá promover no dia 10 de janeiro, a que foi dado o título "O fantasma do Mordomo Baptista da Quinta de Santiago, em Leça da Palmeira".

Para inscrições ou mais informações, contactar a Loja de Atendimento, Rua Cândido dos Reis, 130, 2º, até 29 de dezembro

Museu da Quinta de Santiago

Preservar e divulgar a memória histórica de Matosinhos e Leça da Palmeira através da arte é a missão central deste museu tutelado pela autarquia de Matosinhos e inaugurado em 1996. Inserido num edifício histórico, concluído presumivelmente em 1896, foi construído para residência da família Santiago de Carvalho e Sousa, com projeto do arquiteto italiano Nicola Bigaglia, e é testemunha privilegiada das profundas transformações urbanísticas e sociais ocorridas na cidade de Matosinhos-Leça nos finais do séc. XIX e ao longo do séc. XX.

No âmbito do seu programa de ação e sempre com o apoio da Direção do SBN, a Secção Sindical de Reformados, promove, anualmente diversos eventos, quer culturais quer sociais, desportivos e culturais, destinado não só aos associados reformados, antes abertos a todos os associados do SBN e seus agregados familiares.

Destas organizações temos vindo a dar notícia, quer anunciando o evento, quer explanando e retratando o seu desenvolvimento. Neste contexto, aqui deixamos, mais notícias quer do passado quer do futuro da atividade da Secção Sindical de Reformados.

SECÇÃO SINDICAL DE REFORMADOS

Dia dos Avós

Ser avós é ser pais a dobrar

A celebração deste dia é feita através de eventos e de atividades que prestam homenagem e que demonstram carinho e apreço a todos os avós. Netos e filhos presenteiam simbolicamente os avós, de forma a agradecer o apoio e a dedicação destes à família e a mostrar o quanto são importantes para os familiares. Tudo isto foi proporcionado aos associados do SBN e respetivas famílias, que no passado dia 26 aderiram ao evento promovido pela Secção Sindical dos Reformados, para comemorar o “Dia dos Avós”.



Passeio a Baiona

Baiona, é uma vila situada à beira-mar que durante séculos concentrou o comércio na região, até que, no final do século XIX, ocorreu o desenvolvimento espetacular de Vigo.

Conforme anunciado, a Secção Sindical de Reformados, proporcionou a 58 associados do SBN e respetivos agregados familiares aderentes, um bom dia ali passado.





Santiago de Compostela: passado e presente

No dia 6 de setembro, foi a vez de uma visita a Santiago de Compostela, na Galiza, ponto de encontro entre a fé, a crença e o pensamento ocidental, onde o passado vive de mãos dadas com o presente. Esta iniciativa, contou com a presença de um número recorde de participantes.

Dia do Sénior

Em 4 de outubro, no Restaurante D. Júlio, em Vila Nova de Cerveira, 135 participantes tiveram oportunidade de comemorar o Dia do Sénior, com um aliciente programa elaborado pela Secção Sindical de Reformados.



Feira de São Mateus – Viseu

A mais antiga feira franca da Península Ibérica, com 633 anos de história, foi visitada em 20 de setembro, por 46 associados, em mais uma organização da Secção Sindical de Reformados.



SECÇÃO SINDICAL DE REFORMADOS

Magusto de S. Martinho

O já tradicional Magusto de S. Martinho, destinado aos sócios do SBN e familiares, foi este ano realizado no dia 15 de novembro no restaurante “A Lareira”, nas Caldas da Rainha. Como sempre o evento mereceu grande aceitação, tendo tido a participação de 165 pessoas.



“Pelas margens do rio Paiva”

Conforme informamos na anterior edição, realizou-se no passado dia 5 de julho, a visita guiada “Pelas margens do Rio Paiva” que contou com a presença de 70 pessoas, associados do SBN e familiares. A saída do passeio deu-se de junto à ponte do Brasileiro, na aldeia de Pinheiro, acompanhando o rio, seguiu pelas aldeias de Casal Bom e Reriz, até ao Poço do Abade, onde alguns dos participantes aproveitaram para se refrescar, e atravessando o rio pela ponte de pau, regressou, pela margem norte, à aldeia de Pinheiro, depois da visita à aldeia Vila Nova.

Confraternização de Natal da família bancária

No dia 13 de dezembro, a Secção Sindical de Reformados proporcionou aos associados do SBN e respetivos agregados familiares um convívio natalício que teve lugar na Quinta da Boiça, em Canas de

Senhorim, Viseu. O já tradicional almoço de convívio e de confraternização de Natal da família bancária, mereceu, este ano, a participação de 109 pessoas.



35ª Feira do Fumeiro – Montalegre

A Feira do Fumeiro e Presunto de Barroso é o maior cartaz turístico e cultural do concelho de Montalegre.

Nasceu, timidamente, em 1992, contando com 35 produtores e 1.226 quilos de produto vendido. Nesse ano, visitaram a vila de Montalegre cerca de 2.500 pessoas. Atualmente calcula-se que o número de visitantes ultrapasse as cinquenta mil pessoas.

A Secção Sindical de Reformados propõe-se, mais uma vez, propor-

nar aos associados do SBN e familiares uma visita àquele evento, que leva já 35 edições.

A visita, programada para o dia 24 de janeiro, só se realiza com um mínimo de 35 e um máximo de 55 inscrições, que deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento do SBN até 10 de janeiro.

Para mais informações contactar a secretaria do SBN através dos telefones 223398800 ou 223998817, ou do email sag@sbn.pt.

A tua História

Por Raul Teixeira de Sousa

Não tenhas pressa
Caminha devagar,
Muito devagarinho
Rumo ao teu destino
Tens tempo de chegar
A cada passo,
Aprecia a paisagem
Nesta tua viagem
Assim, não te cansarás,
A fazer o teu caminho.
No momento de chegar
Terás, sempre, alguém
Às portas do Além
Para te abraçar
E todos os passos,
Que tu deste
No caminho que fizeste
Ficarão guardados
Na gaveta do tempo

Quem sou nesta jornada?

Por Eva Nogueira Jacinto

Quem sou eu nesta jornada?
Que caminho devo seguir?
Sou história inacabada,
Que não se sabe definir.
No espelho da minh' alma,
Procuro o meu verdadeiro ser,
Sou tormento, dor e calma,
Entre o perder e o renascer.
Entre sombras e luzes danço
Num palco que não tem fim.
Cada passo é um avanço
Na descoberta de mim.

Eu ainda não sei...

Por Joaquim Araújo

Eu ainda não sei, se vou morrer,
ou se irei viver para todo o sempre...

Eu ainda não sei o que fazer,
mesmo com esta vida presente!

Viver será sentir o coração,
os desejos, ou o corpo em movimento?

Ou será sentir a ilusão misturada
com muito sofrimento?

Viver, pode ser olhar à volta duma vida
que parece ir acabar!

Tempo que se julga e se revolta,
por essa vida que não se vê começar!

É pena que se viva só num tempo,
é loucura que se tenha de aceitar!

Se a vida não é nossa um só momento,
como a queremos tão pouco aproveitar!

Será para isto que vivemos...
passar algum tempo e perecer?

Não, eu não quero acreditar...
quem tanto fez para o criar,
Acabe sem qualquer razão de ser!

A vida é um poema

Por Raul Teixeira de Sousa

A vida é um sopro
Um sorriso
Um suspiro
Um poema
Uma lágrima.
A primeira
Quando nascemos
E a última,
Quando morremos
Mas, a vida
É uma peça de Teatro
Dramática
E a morte
É o Pano de Boca,
De um palco,
Que desce,
Quando o último ato da vida,
Termina

Festa de Natal

Cumprindo a tradição, a Direção do SBN proporcionou, uma vez mais, no dia 13 de dezembro, uma festa de Natal destinada, principalmente, aos mais pequenos, filhos e netos dos associados do sindicato.

Para o efeito reservou uma sessão do circo presente no parque de Manhufe em Matosinhos, compreendendo, para além do Porto, as delegações de Aveiro, Braga, Guimarães, Penafiel, S. João da Madeira e Viana do Castelo.





Até Sempre camaradas amigos

A inexorável lei da vida levou do nosso seio mais dois bons amigos e companheiros de luta de muitos anos.

José Joaquim da Silva Gonçalves
e **Orlando da Terra Seca**

Homens bons, que dedicaram grande parte da vida ao serviço da comunidade, em especial através do sindicalismo, em benefício dos trabalhadores bancários.

O “Gonçalves” e o “Terra Seca” fizeram parte da família bancária do SBN, instituição onde, nos diversos cargos que lhe foram incumbidos pelos seus pares, sempre se distinguiram pela capacidade de luta em prol dos trabalhadores.

O **Gonçalves** deixou-nos no dia 9 de julho, aos 79 anos.

O **Terra Seca**, numa data mais recente, no dia 6 de dezembro, aos 81 anos.

Os corpos gerentes do SBN e a Direção da Nortada apresentam às famílias enlutadas os mais sentidos pêsames, na certeza de que Deus, o Grande Arquiteto do Universo, os recebeu com a merecida consideração.

Até sempre, amigo Gonçalves.

Até sempre, amigo Terra Seca.

Descansai em paz...
Paz às vossas almas...



Novóptica com serviços para todo o público

Agora também aos sábados de manhã



A Novóptica funciona no piso térreo do edifício da Rua de S. Brás, numa clara e evidente vantagem para os beneficiários do SAMS e para todo o público que pretenda usufruir dos excelentes preços ali praticados.

Representando praticamente todas as grandes marcas mundiais de

armações e de lentes – quer medicinais quer de lazer –, a Novóptica é, assim, uma instituição que, mercê de uma política de preços concorrenciais, a coloca numa posição invejável de mercado.

As renovadas instalações tornaram-se, agora, ainda mais confortáveis para todos os utentes.

AVEIRO

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 128-2º
Tel.: 234 403 830 | Email: aveiro@sbn.pt



PORTO

Rua de S. Brás, 444
Tel. 225 071 612 | Email: sbn@sbn.pt